



## EDITAL

<b>N.º de Registo</b>	10648	<b>Data</b>	15/09/2017	<b>Processo</b>	2017/150.10.701/21
-----------------------	-------	-------------	------------	-----------------	--------------------

**FERNANDA MARIA PEREIRA ASSEICEIRA**, Presidente da Câmara Municipal de Alcanena:

Faz saber, em cumprimento do determinado no art.º 35.º, n.º1, alínea t), conjugado com o art.º 56º., ambos do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, que se resumem no seguinte as deliberações tomadas por este Órgão Executivo, na reunião ordinária n.º 17/2017 de realizada a 4 de setembro do corrente ano, destinadas a ter eficácia externa:

- Aprovar o Voto de Solidariedade para com as populações vítimas dos incêndios florestais decorridos nos Municípios do Médio Tejo.
- Aprovar a Ata da Reunião de Câmara n.º 16/2017, realizada a 14 de agosto de 2017.
- Aprovar a Proposta de Protocolo de colaboração para agilização dos processos de licenciamento de empreendimentos turísticos e respetiva promoção turística, a celebrar entre o Município de Alcanena e o Turismo Centro de Portugal.
- Tomar conhecimento do email enviado pelo Turismo do Centro Portugal – Sistema de Monitorização da Atividade Turística do Centro de Portugal.
- Tomar conhecimento da comunicação enviada pela AUSTRA – Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena referente à proliferação de Odores Desagradáveis.
- Tomar conhecimento do agradecimento pela solidariedade e voto de pesar pelo incêndio ocorrido em Pedrogão Grande enviado pela Câmara Municipal de Pedrogão Grande.
- Tomar conhecimento do Voto de Solidariedade pelas vítimas dos incêndios, enviada pela Bancada do Partido Socialista do Entroncamento.
- Tomar conhecimento da divulgação de pergunta ao Governo sobre a aplicação da Portaria número dezanove-dois mil e dezassete, de onze de janeiro sobre taxa para emissão de parecer para realização de eventos desportivo, enviada pelo Grupo Parlamentar do PCP.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Tomar conhecimento da divulgação de pergunta ao Governo sobre a utilização do Convento de Cristo para fins cinematográficos, enviada pelo Grupo Parlamentar Os Verdes.
- Tomar conhecimento da divulgação de Projetos de Lei: Fixa o regime de atribuição e os montantes (...) suplementos e outras compensações (...) condições de risco penosidade e insalubridade e Regularização da situação dos trabalhadores das autarquias, enviada pelo Grupo Parlamentar do PCP.
- Tomar conhecimento da divulgação de Projetos de Lei sobre Assistência a Banhistas, enviado pelo Grupo Parlamentar Os Verdes.
- Tomar conhecimento da divulgação de Projetos de Lei Terceira Alteração ao Decreto-Lei número cento e vinte e oito/dois mil e catorze (Estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local) e Terceira Alteração ao Decreto-Lei número cento e vinte e oito/dois mil e catorze (Estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local), enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP.
- Tomar conhecimento da divulgação de Projetos de Lei que estabelece um sistema de preços máximos para o gás de garrafa e gás canalizado e taxa de ocupação do subsolo, enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP.
- Tomar conhecimento da divulgação de Projeto de Resolução sobre Formação e Sensibilização sobre como agir em caso de incêndio florestal, enviado pelo Grupo Parlamentar Os Verdes.
- Tomar conhecimento da divulgação de Projeto de Resolução sobre Despoluição da Ribeira da Boa Água, enviado pelo Grupo Parlamentar Os Verdes.
- Tomar conhecimento do envio de iniciativa legislativa sobre a Desmaterialização dos manuais escolares e outros materiais escolares, enviado pelo Grupo Parlamentar Os Verdes.
- Tomar conhecimento do projeto de Resolução que Propõe a universalização da educação pré-escolar a partir dos três anos de idade, enviado pelo Grupo Parlamentar do PCP.
- Tomar conhecimento da Listagem dos Despachos de Delegação de Competências da Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara nos Vereadores e Distribuição de Pelouros.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Tomar conhecimento da listagem dos despachos proferidos pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, no período de um a vinte e oito de agosto de dois mil e dezassete, no uso dos poderes delegados pela Câmara na reunião de vinte e quatro de outubro de dois mil e treze.

- Ratificar a aprovação da Minuta de Protocolo celebrado entre o INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica e o Município de Alcanena.

- Declarar a Caducidade da Adjudicação da Empreitada por Concurso Público número um/dois mil e dezassete/DPGOM- Centro Escolar de Alcanena à firma Manuel Joaquim Caldeira Limitada, por motivo da não apresentação dos documentos de habilitação, não prestação da caução e não confirmação de compromissos assumidos, conforme fundamentado no ponto II ponto seis da informação técnica;

- Em cumprimento do número dois do artigo octogésimo sexto do Código dos Contratos Públicos, relativamente à caducidade da adjudicação, deve notificar o adjudicatário fixando-lhe um prazo, não superior a cinco dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de Audiência Prévia;

- Comunicar ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I.P), a caducidade da adjudicação (após a respetiva concretização) em cumprimento e para os efeitos previstos, no número cinco do artigo octogésimo sexto número três do artigo nonagésimo primeiro do Código dos Contratos Públicos e alínea c) do número um do artigo trigésimo da Lei número quarenta e um/dois mil e quinze.

- Aprovar a Quarta Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezassete, Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes e que seja o assunto submetido à Assembleia Municipal, nos termos da Lei.

- Aprovar a Segunda Adenda ao Contrato de Empréstimo de Médio Longo Prazo, celebrado com o Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, em quinze de maio de dois mil e dezassete, até ao valor de três milhões oitocentos e setenta e oito mil euros, com vista ao financiamento da contrapartida nacional de investimentos financiados por Fundos Comunitários, cuja autorização de contratação foi dada em sessão de Assembleia Municipal,

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



sob proposta aprovada em reunião de Câmara, ambas realizadas no dia dezanove de abril passado, à entidade ordenada em primeiro lugar, Banco BPI – Banco Português de Investimentos, Sociedade Aberta, a celebrar entre a referida entidade bancária e o Município de Alcanena, ao abrigo da alínea f) do número um do artigo trigésimo terceiro do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

Mais foi aprovado remeter o assunto à Assembleia Municipal para que esta discuta e autorize a nova afetação máxima dos valores por projeto, conforme consta no anexo III do Segundo Aditamento.

- Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos no período de cinco de junho a quatro de agosto de dois mil e dezassete e remeter à Assembleia Municipal nos termos da lei.

- Tomar conhecimento do Relatório Semestral do ROC - Revisor Oficial de Contas com informação económica e financeira.

- Revogada a deliberação tomada na reunião de Câmara realizada a catorze de agosto de dois mil e dezassete, quanto à submissão do assunto à Assembleia Municipal, para autorização do compromisso plurianual, uma vez que não haverá lugar despesa nos anos seguintes, referente às prestação de Cauções a Favor da Infraestruturas de Portugal, S.A. no valor de quatro mil cento e cinquena euros (Conduta de Águas Gouxaria) e mil euros (Coletor em Minde).

- Tomar conhecimento da Notificação de aprovação e Termos de Aceitação da Candidatura CENTRO-07-2316-FEDER-000100 – Requalificação Urbana da Praça Envolvente à Paragem de Transportes Públicos da Vila de Alcanena.

- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos relativamente à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero três sete seis oito quatro, emitida pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, em nome de Mónica Santos Ferreira, a onze de julho de dois mil e dezassete, respeitante ao período de faturação de vinte e três de maio a quatro de julho de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Autorizada a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero quatro um dois quatro quatro, emitida pela firma Lusagua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, em nome de Isidro dos Santos Cláudio, a vinte e sete de julho de dois mil e dezassete, respeitante ao período de faturação de vinte e oito de junho a vinte e cinco de julho de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Autorizada a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero quatro um dois quatro oito, emitida pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, em nome de Carlos Manuel Ferraz da Silva, a vinte e sete de julho de dois mil e dezassete, respeitante ao período de faturação de vinte e sete de junho a vinte e cinco de julho de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Autorizada a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero quatro quatro dois zero zero, emitida pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas – Sociedade Anónima, em nome de Marco André Seco dos Santos, a onze de agosto de dois mil e dezassete, respeitante ao período de faturação de oito de julho a oito de agosto de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Autorizada a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero quatro dois cinco dois cinco, emitida pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas Sociedade Anónima, em nome de José Maria Gonçalves Santos, a quatro de agosto de dois mil e dezassete, respeitante ao período de faturação de quatro de julho a um de agosto de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Autorizada a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero quatro dois cinco dois seis, emitida pela Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, em nome de Maria Paulino Coutinho Ferreira, a quatro de agosto de dois mil e dezassete, respeitante ao período de faturação de quatro de julho a um de agosto de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Autorizada a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

- Deferido o pedido de redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos à fatura número dois mil e dezassete zero zero zero quatro dois cinco quatro cinco, emitida pela firma Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, em nome de Dermaleather – Comércio e Indústria de Peles Sociedade Anónima, a quatro de agosto de dois mil e dezassete, respeitante ao período de faturação de quatro de julho a um de agosto de dois mil e dezassete, por estarem reunidas as condições para o efeito, constantes do Edital datado de vinte e sete de novembro de dois mil e treze.

Autorizada a redução de tarifas de saneamento e resíduos sólidos referentes à próxima fatura que seja emitida, caso o consumo referente à rotura se reflita na mesma.

- Autorizar a interrupção e condicionamentos de trânsito, no âmbito do Fórum da Juventude, que se realizará nos próximos dias quinze e dezasseis de setembro, nomeadamente:

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Dias quinze e dezasseis de setembro, entre as vinte horas e as duas horas da madrugada, no âmbito da realização dos concertos previstos;

Dia dezasseis de setembro, entre as quinze horas e trinta minutos e as dezassete horas e trinta minutos, com início no Estádio Municipal, no António Augusto Louro, Rua Dr. José Vasques Tenreiro, Rua João da Silva Nazário, Rua Zeca Afonso, Rua Calouste Gulbenkian e chegada novamente ao Estádio Municipal de Alcanena, no âmbito da Corrida Colorida.

Deverão ser cumpridos todos os requisitos legais, desde que as demais entidades referidas no Decreto-Regulamentar número dois-A/dois mil e cinco, de vinte e quatro de março, derem parecer favorável, ficando a autorização condicionada à apresentação de parecer favorável da Guarda Nacional Republicana.

- Ratificado o despacho número nove mil novecentos e dezasseis/dois mil e dezassete, tomado ao abrigo do número três do artigo trigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco no qual se determinou a alteração do Júri do “Procedimento para Atribuição, por sorteio ordinário, do direito de ocupação dos espaços de venda na Feira Semanal de Alcanena”, júri esse constante do programa de procedimento aprovado na reunião de Câmara realizada a dezasseis de fevereiro de dois mil e dezassete, por motivos de nem o Presidente do júri nem quem o substitui, se encontrarem ao serviço no dia que ocorreu o ato público, passado dia trinta de agosto.

- Tomar conhecimento da Alteração número trinta e oito ao Orçamento e trinta e três às Grandes Opções do Plano

- Tomar conhecimento da Alteração número trinta e nove ao Orçamento e número trinta e quatro às Grandes Opções do Plano.

- Tomar conhecimento da Alteração número quarenta ao Orçamento.

- Tomar conhecimento da Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de vinte e oito de julho a dez de agosto de dois mil e dezassete, no valor global de cento e cinquenta mil novecentos e treze euros e dezanove cêntimos

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Tomar conhecimento da Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de onze a vinte e cinco de agosto de dois mil e dezassete, no valor global de vinte e três mil cento e quarenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos
- Tomar conhecimento da Relação dos compromissos efetuados no período de vinte e oito de julho a dez de agosto de dois mil e dezassete, no valor de duzentos e dez mil setecentos e setenta e três euros e dezoito cêntimos.
- Tomar conhecimento da Relação dos compromissos efetuados no período onze a vinte e cinco de agosto de dois mil e dezassete, no valor de duzentos e cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e um euros e sessenta e três cêntimos.
- Tomar conhecimento da Relação das Ordens de Pagamento autorizadas por despacho no período de vinte e oito de julho a dez de agosto de dois mil e dezassete:
  - Operações Orçamentais no valor total de trezentos e catorze mil trezentos e dezasseis euros e trinta e cinco cêntimos, correspondentes às autorizações números três mil quatrocentos e trinta e três a três mil seiscentos e vinte e cinco;
  - Operações de Tesouraria no valor total de cinquenta e um mil setenta euros e setenta e cinco cêntimos, correspondentes às autorizações números cento e vinte e oito a cento e quarenta e nove.
- Tomar conhecimento da Relação das Ordens de Pagamento autorizadas por despacho no período de onze a vinte e cinco de agosto de dois mil e dezassete:
  - Operações Orçamentais no valor total de trezentos e oitenta mil quinhentos e trinta euros e catorze cêntimos, correspondentes às autorizações números três mil seiscentos e vinte e seis a três mil setecentos e vinte e três;
  - Operações de Tesouraria no valor total de dez mil setecentos e setenta euros correspondentes às autorizações números cento e cinquenta a cento e oitenta e seis.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.





- Tomar conhecimento da Relação dos pagamentos efetuados no período de vinte e oito de julho a dez de agosto de dois mil e dezassete:

- Operações Orçamentais no valor total de duzentos e catorze mil cento e setenta euros e sessenta e oito cêntimos;

- Operações de Tesouraria no valor total de no valor total de cinquenta e um mil setenta euros e setenta e cinco cêntimos.

- Tomar conhecimento da Relação dos pagamentos efetuados no período de onze a vinte e cinco de agosto de dois mil e dezassete:

- Operações Orçamentais no valor total de quinhentos e cinquenta e seis euros oitocentos e setenta e oito euros e noventa e seis cêntimos;

- Operações de Tesouraria no valor total de no valor total de zero euros.

- Tomar conhecimento do Resumo Diário de Tesouraria do dia um de setembro dois mil e dezassete, o qual acusa um saldo de novecentos e catorze mil sessenta e três euros e dezasseis cêntimos, sendo setecentos e vinte e oito mil setecentos e trinta e sete euros e trinta e três cêntimos de Operações Orçamentais e cento e oitenta e cinco mil trezentos e vinte e cinco euros e oitenta e três cêntimos de Operações de Tesouraria.

- Tomar conhecimento do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alcanena.

- Aprovado proceder-se à abertura das candidaturas ao Apoio Extraordinário aos Estudantes do Ensino Superior, para o ano letivo de dois mil e dezassete/dois mil e dezoito.

Aprovados os valores por escalão, e intervalos de rendimento, nomeadamente:

- Escalão A: Cem euros/mês, para rendimentos per capita entre zero e duzentos e cinquenta euros;

- Escalão B: Setenta e cinco euros/mês, para rendimentos per capita entre duzentos e cinquenta e um euros e trezentos e cinquenta euros;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Escalão C: Cinquenta euros/mês, para rendimentos per capita entre trezentos e cinquenta e um euros e quatro centos e vinte e um euros e trinta e dois cêntimos;

Aprovado, ainda, que fiquem salvaguardadas as questões de natureza económica, atuais, e não apenas as informações que se reportam aos rendimentos do ano anterior e que servem de suporte aos cálculos de atribuição, situações detetadas aquando da realização das entrevistas de avaliação social.

- Aprovada a alteração da renda da habitação social da inquilina Maria da Conceição Rodrigues Simões, moradora na Rua António Augusto Louro, Bloco Um – Rés-do-chão Esquerdo, número cento e vinte e seis – Bairro Timor Lorosae, em Alcanena, ao abrigo do disposto no número dois do artigo oitavo do Regulamento de Habitação.

Mais foi aprovado que o valor da renda seja atualizado, face aos rendimentos do agregado familiar, passando esta a ser de trinta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos, calculada ao abrigo da Lei número trinta e dois/dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto, com efeitos a partir de setembro de dois mil e dezassete.

- Aprovado o pedido de pagamento de dívida de habitação social, solicitado por Maria dos Anjos Cadete, em dezasseis prestações mensais de cinquenta euros com início no mês de setembro de dois mil e dezassete, sendo o pagamento efetuado até ao dia oito de cada mês.

Ao valor da dívida acrescem juros de mora que serão liquidados na última fatura.

- Tomar conhecimento da Convenção de Subvenção e Decisão Favorável de Financiamento do projeto PT/2017/FAMI/166 – Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Alcanena dois mil e dezoito – dois mil e vinte.

- Certificar que não se vê inconveniente no destaque da parcela de terreno do prédio situado na Rua Tenente Coronel Salgueiro, Chões, requerida pelo Centro de Bem-Estar Social de Alcanena, de acordo com o número quatro do artigo sexto do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Mais, foi deliberado fazer constar da certidão a emitir nos termos do número nove do artigo sexto do diploma referido, o ónus do não fracionamento, notificando os requerentes de que deverão proceder à respetiva inscrição no registo predial, nos termos do número sete do artigo sexto do decreto-lei supra referido.

Deliberado, ainda, certificar que, conforme consta do pedido, a parcela a destacar ficará a confrontar do Norte com Rua, do Sul com a parcela sobrance, do Nascente com Joaquim Luís Caldeira Marta e do Poente com Rua Tenente Coronel Salgueiro Maia.

- Autorizado o pagamento em quatro prestações mensais, acrescidas dos respetivos juros de mora, do valor das taxas devidas pela emissão do Alvará de Licença de Obras referente ao Processo de Obras número dezoito/dois mil e dezasseis, solicitado através do requerimento número oito mil trezentos e sessenta e um, de vinte de julho de dois mil e dezassete, pela firma AFT – Transportes Rodoviários, Limitada, de acordo com a informação técnica número oito mil seiscentos e sessenta e seis, emitida pela Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo em vinte e cinco de julho de dois mil e dezassete, acima transcrita, e nos termos do artigo vigésimo quinto do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena.

Mais, foi deliberado que a autorização do pagamento em quatro prestações mensais do valor das taxas devidas, acrescidas dos respetivos juros de mora, fica condicionada à prestação de caução no valor das taxas devidas, nos termos do número nove do artigo vigésimo quinto do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena.-

- Declarar deserto o Pedido de Informação Prévia solicitado por Suipec – Agropecuária, Lda, registado sob o número cinco mil quinhentos e trinta e dois/dois mil e onze, nos termos do artigo centésimo décimo primeiro do Código do Procedimento Administrativo (redação do Decreto-Lei quatrocentos e quarenta e dois/noventa e um, em vigor à data dos factos), por não ter sido dada resposta ao solicitado através do ofício número três mil quatrocentos e oitenta e nove, de trinta e um de agosto de dois mil e onze.

- Declarar a caducidade da aprovação do licenciamento referente ao Processo de Obras número noventa e três/dois mil e nove, nos termos do artigo septuagésimo primeiro do

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro, bem como o seu arquivamento, por não ter sido requerida a emissão do alvará de licenciamento de obras no prazo estipulado para o efeito.

- 1 - Submeter à apreciação da Assembleia Municipal a reformulação/reprogramação da deliberação tomada na sua sessão realizada a vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete, para efeitos de prévia autorização da repartição de encargos para os anos económicos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, em relação aos mesmos anos económicos, sendo o valor estimado, para o ano de dois mil e dezoito de um milhão setecentos e cinco mil quinhentos e vinte e três euros e vinte e nove centimos, e para o ano de dois mil e dezanove um milhão quatrocentos e noventa e dois mil trezentos e trinta e dois euros e oitenta e sete centimos;

2 - Contratar a realização da empreitada por concurso público n.º 24/2017/DPGOM – Centro Escolar de Alcanena e autorizar a despesa, ao abrigo do artigo décimo oitavo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho. Tendo em conta o preço base de três milhões dezasseis mil oitocentos e quarenta e cinco euros e quarenta e três centimos, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, propõe-se que se proceda a um concurso público, ao abrigo do artigo décimo nono do Código dos Contratos Públicos;

3 - Aprovação das peças do procedimento, compostas por projeto revisto, programa de concurso e caderno de encargos, ao abrigo do número dois do artigo quadragésimo, do Código dos Contratos Públicos;

4 - Designação, ao abrigo do artigo sexagésimo sétimo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, do júri, propondo-se a seguinte composição:

- Samuel Valeriano Dinis, chefe da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, na qualidade de Presidente;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Maria de Lurdes Silva Sousa, primeiro vogal efetivo, técnica superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

- Maria de Fátima Martins Paulino, segundo vogal efetivo, técnica superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, que secretariará;

- Cláudia Godinho Santos, primeiro vogal suplente, técnica superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais;

- Maria José Coelho, segundo vogal suplente, Assistente Técnica, da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais.

5 - Delegar no júri as competências previstas no artigo sexagésimo nono, do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Proceder à apreciação das propostas;
- Elaborar os relatórios de Análise das Propostas;

6 - Delegar no júri as competências previstas no artigo quinquagésimo do Código dos Contratos Públicos, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento;

7 - Delegar no júri as competências previstas no artigo quinquagésimo do Código dos Contratos Públicos, proceder à classificação dos documentos da proposta;

8 - Delegar na Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, nos termos do número um do artigo centésimo nono, do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Pronunciar-se sobre os erros e omissões, ao abrigo do artigo sexagésimo primeiro, do Código dos Contratos Públicos;

- Decidir sobre a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no caso em que as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo quinquagésimo, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, ao brigo do artigo sexagésimo quarto do Código dos Contratos Públicos;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Aprovação da minuta de contrato e respetiva notificação ao adjudicatário, ao abrigo do artigo nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos;

- Representação na outorga do contrato, de acordo com o número um do artigo centésimo sexto, do Código dos Contratos Públicos;

- Decisão de adjudicação, nos termos do número um do artigo septuagésimo sexto do Código dos Contratos Públicos e respetivas notificações previstas no artigo septuagésimo sétimo do mesmo Código.

- 1 – Submeter à Assembleia Municipal para prévia autorização da repartição de encargos para os anos económicos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, bem como a emissão da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, em relação aos mesmos anos económicos, sendo o valor estimado, para o ano de dois mil e dezoito de quatrocentos mil novecentos e quarenta euros e dezassete cêntimos, e para o ano de dois mil e dezanove vinte mil euros;

2 – Condicionada às autorizações da Assembleia Municipal, contratar a realização da empreitada número dezoito/dois mil e dezassete/DPGOM – Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Alcanena e autorizar a despesa, ao abrigo do artigo décimo oitavo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho. Tendo em conta o preço base de trezentos e noventa e sete mil cento e treze euros e trinta e sete euros, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, proceder-se ao concurso público, ao abrigo do artigo décimo nono do Código dos Contratos Públicos;

- 1 - Contratar a realização da empreitada número doze/dois mil e dezassete/DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais para Requalificação Urbana da Praça Envolvente à Paragem de Transportes Públicos da Vila de Alcanena e autorizar a despesa, ao abrigo do artigo décimo oitavo do Decreto-Lei número cento e noventa e sete/noventa e nove, de oito de junho. Tendo em conta o preço base de quatrocentos e oitenta e sete mil quatrocentos e vinte e dois euros e trinta e dois cêntimos, acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, proceder-se ao concurso público, ao abrigo do artigo

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



décimo nono do Código dos Contratos Públicos, sendo o prazo considerado para a execução da empreitada de duzentos e setenta dias, a ocorrer durante o ano de dois mil e dezoito.

2 – Aprovadas as peças do procedimento, compostas por anúncio, programa de concurso e caderno de encargos, ao abrigo do número dois do artigo quadragésimo, do Código dos Contratos Públicos;

3 - Designado, ao abrigo do artigo sexagésimo sétimo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, do júri, o qual terá a seguinte composição:

- Samuel Valeriano Dinis, chefe da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, na qualidade de Presidente;

- Maria de Fátima Martins Paulino, primeiro vogal efetivo, técnica superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

- Cláudia Godinho Santos, segundo vogal efetivo, técnica superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais, que secretariará;

- Maria de Lurdes Silva Sousa, primeiro vogal suplente, técnica superior da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais;

- Maria José Coelho, segundo vogal suplente, Assistente Técnica, da DPGOM - Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais.

4 – Delegado, no júri, as competências previstas no artigo sexagésimo nono do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Proceder à apreciação das propostas;
- Elaborar os relatórios de Análise das Propostas;

5 – Delegado, no júri, as competências previstas no artigo quinquagésimo do Código dos Contratos Públicos, proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento;

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



6 – Delegado, no júri, as competências previstas no artigo quinquagésimo do Código dos Contratos Públicos, proceder à classificação dos documentos da proposta;

7 – Delegado, na Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, nos termos do número um do artigo centésimo nono do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:

- Pronunciar-se sobre os erros e omissões, ao abrigo do artigo sexagésimo primeiro, do Código dos Contratos Públicos;

- Decidir sobre a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas, no caso em que as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo quinquagésimo, sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, ao brigo do artigo sexagésimo quarto do Código dos Contratos Públicos;

- Aprovação da minuta de contrato e respetiva notificação ao adjudicatário, ao abrigo do artigo nonagésimo oitavo, do Código dos Contratos Públicos;

- Representação na outorga do contrato, de acordo com o número um do artigo centésimo sexto, do Código dos Contratos Públicos;

- Decisão de adjudicação, nos termos do número um do artigo septuagésimo sexto do Código dos Contratos Públicos e respetivas notificações previstas no artigo septuagésimo sétimo do mesmo Código.

- Autorizar a liberação de trinta por cento referente à caução correspondente ao terceiro e quarto ano após a receção provisória, ao abrigo do número dois do artigo terceiro, do Decreto-Lei número cento e noventa/dois mil e doze, de vinte e dois de agosto.

- Tomar conhecimento do ponto de situação quanto ao seu cumprimento no 1º Semestre referente ao Acordo de Execução com as Juntas de Freguesia/Uniões de Freguesia em 2017.

- Aprovada a implantação de sinalização de trânsito C15 – Estacionamento Proibido, no Beco António Augusto Louro, em Alcanena, União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, ao

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.





abrigo do ponto um, do artigo décimo quarto, do Regulamento Municipal de Trânsito do Município de Alcanena.

Remeter à Comissão Municipal de Trânsito para ratificação.

- Deferido, parcialmente, o pedido efetuado pela empresa Exemplar Matriz, Unipessoal Limitada, nomeadamente, deferida a isenção das tarifas variáveis de saneamento de águas residuais. Indeferido o pedido de isenção das tarifas fixas de saneamento de águas residuais e indeferido o do pedido de isenção do serviço de resíduos urbanos.

Informar o requerente da presente deliberação.

- Aprovada a atribuição de um apoio pecuniário de três mil euros, à Casa do Povo de Espinheiro, para comparticipação no processo de licenciamento das instalações, ao abrigo da alínea o), do número um do artigo trigésimo quinto, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Aceitar a doação de duas bonecas da sua autoria, uma comemorando o Centenário do Concelho de Alcanena e outra comemorando os treze anos da Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pela senhora Luciana Branco, ao abrigo da alínea j), do número um do artigo trigésimo segundo, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

Mais foi deliberado comunicar-se à ofertante o agradecimento pela doação efetuada.

- Aceitar a doação da obra História da Igreja em Timor-Leste, 450 Anos de Evangelização (1562-2012), em dois volumes, da autoria do Senhor Bispo, Dom Ximenes Belo, à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada Fundação Engenheiro António de Almeida, ao abrigo da alínea j), do número um do artigo trigésimo segundo, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

Mais foi deliberado comunicar-se ao ofertante o agradecimento pela doação efetuada.

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.



- Aceitar a doação de diversas obras à Biblioteca Municipal de Alcanena, efetuada pela senhora Sílvia Morais, ao abrigo da alínea j), do número um do artigo trigésimo segundo, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

Mais foi deliberado comunicar-se à ofertante o agradecimento pela doação efetuada.

- Notificar, novamente, a proprietária – Marie Claire Silva Coelho, para que a mesma proceda à limpeza do espaço sita na Avenida José António Carvalho e Rua Lagar Calé, em Minde, ao abrigo dos números um e dois do artigo sétimo do Regulamento dos Espaços Verdes, Parques e Jardins do Município de Alcanena, fixando-se o prazo de cinco dias úteis para o efeito. Caso não proceda de acordo com o deliberado, será a Câmara Municipal a efetuar a intervenção, imputando os custos à proprietária.

- Notificar, novamente, o proprietário LIDL & Companhia, Limitada, para que o mesmo proceda à limpeza do espaço sito no artigo cento e setenta e seis, seção E, Alcanena, União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, ao abrigo dos números um e dois do artigo sétimo do Regulamento dos Espaços Verdes, Parques e Jardins do Município de Alcanena, fixando-se o prazo de cinco dias úteis para o efeito. Caso não proceda de acordo com o deliberado, será a Câmara Municipal a efetuar a intervenção, imputando os custos ao proprietário.

E, para constar, se publica o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

A Presidente da Câmara

---

(Fernanda Maria Pereira Asseiceira)

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autografa<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.